

PUBLICADO NO D. O. E.

EM 06/12/2022

VISTO **TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2022 QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-SJDHDS E O IDEAS – ASSESSORIA POPULAR**

O ESTADO DA BAHIA, por intermédio da SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS, inscrita no CNPJ nº 21.730.529/0001-30, com sede nesta Capital situada à 3ª Avenida, nº 390, plataforma IV, 1º andar, CEP - 41745-005, Centro Administrativo da Bahia – CAB, neste ato representado por seu Secretário, Sr. **CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA**, autorizado pelo Decreto Governamental s/nº, publicado no DOE em 12 de março de 2019, brasileiro, inscrito no CPF sob. nº 098.225.425- 34, portador da Carteira de Identidade nº 00792760-67, e o **IDEAS – ASSESSORIA POPULAR**, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede na Rua Coronel Almerindo Rehém, 82 – Edifício Bahia Executive Center - sala 404 - Caminho das Árvores, Salvador- Bahia, CEP 41.820-768, inscrita no CNPJ nº.21.357.478/0001-20, representado pela seu Presidente Sr. **WAGNER MOREIRA CAMPOS**, inscrito no CPF sob nº 011.103.915-01, R.G nº 09.123.642-89, SSP-BA, residente e domiciliado na Rua Marechal Floriano, 278, AP. 1104, Edifício Desembargador Pedro Ribeiro, Canela, Salvador - Bahia. CEP: 40110-010, devidamente autorizado na forma de seu Estatuto e Ata de Eleição e Posse, em conjunto denominados **PARCEIROS** e separadamente **ESTADO** e a **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC**, respectivamente, tendo em vista o constante no Processo SEI nº 082.1738.2022.0006825-91, resolve celebrar o presente Termo, com fundamento no art. 30, III e art. 31, ambos da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, sujeitando-se, no que couber, às demais disposições desta Lei e do Decreto Estadual nº 17.091/2016, e suas alterações, da Lei Federal nº 9.807 de 13 de julho de 1999, Decreto Federal nº 3.518/2000 e Lei Estadual nº 7.977 de 05 de dezembro de 2001, Portaria Interministerial nº 297 de 24 de agosto de 2018, regulamentado no que couber pela Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, e alterações posteriores, e Resolução nº 107/2018 TCE/BA, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo tem como objeto a cooperação técnica e financeira entre o ESTADO DA BAHIA e a OSC conforme Plano de Trabalho aprovado previamente pela autoridade competente do ESTADO, constante do Processo SEI nº 082.1738.2022.0006825-91, que passa a integrar o presente Instrumento, como se nele estivesse transcrito, para a execução do “Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, comunicadores e ambientalistas ameaçados de morte, no Estado da Bahia - PPDDH”, visando manter a continuidade de sua militância prioritariamente no próprio território de atuação, de maneira segura e em rede.

PARÁGRAFO ÚNICO

Integram este Termo de Colaboração, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado, e o Projeto Técnico propostos pela OSC parceira e aprovados pela SJDHDS, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses, com início a partir de 05 de dezembro de 2022 e término 04 de dezembro de 2023, para Execução do PPDDH/BA pela SJDHDS.

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para execução do objeto deste Termo de Colaboração Emergencial, a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS repassará ao **IDEAS – ASSESSORIA POPULAR**, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em R\$ 1.081.095,74



(hum milhão, oitenta e um mil, noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos), de acordo com o cronograma de desembolso, constante no item "9" do Plano de Trabalho, conforme a seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Secretaria: 12 – SJDHDS;

Unidade Orçamentária – 12.101 – APG,

Unidade Gestora: 0003- SUDH,

Funções: 14- Direitos da Cidadania

Subfunções: 422- Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Programas: 300 - Assistência Social e Garantia de Direitos

Projetos/Atividades: 14.422.300.2505 – Assistência na Proteção à Testemunha, Vítima e Familiar de Vítima de Violência

Território/Região: 9900 – Estado

Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 Contribuições: R\$ 1.052.664,34 (um milhão, cinqüenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) e 44.50.42.00 – Auxílios: R\$ 28.431,40 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos).

Destinação de Recurso: 0.128.000000, 5.128.000000- 5.328.000000 – FUNCEP- Governo Estadual: R\$ 518.660,01 e 0.131.101725 União: R\$ 562.435,73

Tipo de Recurso: 1.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Colaboração serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva no **Banco do Brasil, Ag: 3466-5 e Conta nº. 16472-0**, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A liberação dos recursos financeiros a cargo do **ESTADO e da União**, previstos na CLÁUSULA TERCEIRA, dar-se-á em **02 (duas) parcelas**, conforme alíneas a seguir:

- a) 1ª Parcela em dezembro de 2022, no valor de R\$ 540.547,87 (quinhentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos), sendo R\$ 512.116,47 (quinhentos e doze mil, cento e dezesseis reais e quarenta e sete centavos), pela Natureza da Despesa 3.3.50.41.00 (Contribuições), Destinação de Recurso: 0.128.000000, 5.128.000000- 5.328.000000 e R\$ 28.431,40 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos), pela Natureza da Despesa 4.4.50.42.00 (Auxílios), Destinação de Recurso: 0.131.101725 União que será liberada após a publicação do extrato deste Termo no Diário Oficial do Estado.
- b) 2ª Parcela em 2023, no valor de no valor de R\$ 540.547,87 (quinhentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e sete centavos), pela Natureza da Despesa 3.3.50.41.00 (Contribuições) e Destinação de Recurso: R\$ 534.004,33 (quinhentos e trinta e quatro mil, quatro reais e trinta e três centavos) pela 0.131.101725 União e R\$ 6.543,54 (seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e cinqüenta e quatro centavos, Destinação de Recurso: 0.128.000000, 5.128.000000- 5.328.000000;

- c) As parcelas deste Termo de Colaboração serão pagas com recursos financeiros oriundos do repasse federal e da contrapartida estadual constantes no Convênio 902336/2020 com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, a seguir discriminados parcela por parcela:

RECURSO DA UNIÃO ORIUNDO DE REPASSE DO CONVÊNIO 902336/2020			
DESPESA	1ª Parcela	2ª parcela	TOTAL RECURSO DA UNIÃO P/ TODO PROJETO
	dez/22	2023	
Contribuições	R\$ 0,00	R\$ 534.004,33	R\$ 534.004,33
Auxílios	R\$ 28.431,40	R\$ 0,00	R\$ 28.431,40
TOTAL	R\$ 28.431,40	R\$ 534.004,33	R\$ 562.435,73

RECURSO DO ESTADO ORIUNDO DE CONTRAPARTIDA DO CONVÊNIO 902336/2020			
DESPESA	1ª Parcela	2ª parcela	TOTAL RECURSO DO ESTADO P/ TODO PROJETO
	dez/22	2023	
Contribuições	512.116,47	6.543,54	R\$ 518.660,01
Auxílios	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 512.116,47	R\$ 6.543,54	R\$ 518.660,01

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO QUARTO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUINTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO SEXTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

- a- Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços;
- b- Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o Termo de Colaboração poderá admitir a realização de pagamento em espécie ou por cheque.

PARÁGRAFO OITAVO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no Plano de Trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no Art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO



As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC encaminhará ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens, no prazo de até 30 dias contados da sua aquisição, para incorporação dos mesmos ao patrimônio do Estado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações, e, caso haja autorização para a permuta solicitada, a formalização será por meio de Apostila.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Colaboração;

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, identificados pela Comissão de Monitoramento e Avaliação composta pelos servidores designados por Portaria a ser publicada no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO

Os recursos da Parceria geridos pela OSC não caracterizam receita própria, mantendo a natureza de verbas públicas.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

O presente Termo de Colaboração poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.



PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Colaboração poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao Plano de Trabalho original, demonstrando a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho. No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

- I - indicação dos créditos orçamentários;
- II - alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Colaboração pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação jurídica da Procuradoria Geral do Estado ou unidade equivalente e autorização do Exmo Sr. Secretário da SJDHDS.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC CELEBRANTE

Cabe à OSC as seguintes obrigações:

- I. executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Colaboração;
- II. prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Colaboração;
- III. manter escrituração contábil regular;
- IV. divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- V. manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

- VI. devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;
- VII. dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- VIII. responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;
- IX. aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;
- X. arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;
- XI. manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Colaboração durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;
- XII. observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;
- XIII. celebrar termo de atuação em rede e apresentá-lo à administração pública em até 60 (sessenta) dias da sua celebração, caso opte por esta modalidade, observando o disposto no parágrafo único do art. 35-A, da Lei nº. 13.019/2014 e, em caso de rescisão, comunicar à administração pública no prazo de 15 dias;
- XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;
- XV. destacar a participação do Governo do Estado e da SJDHDS em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Colaboração, obtendo previamente o seu consentimento formal;
- XVI. providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente termo;
- XVII. administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe for permitido em virtude da parceria, inclusive executando manutenção preventiva e corretiva de forma contínua, até a sua restituição ao Poder Público, contratando seguros prediais e de responsabilidade civil e responsabilizando-se pela segurança patrimonial do imóvel;



- XVIII. comunicar à SJDHDS todas as aquisições de permanentes móveis que forem realizadas, no prazo de 30 (trinta) dias após a sua ocorrência, desde que se tratem de aquisições realizadas com recursos recebidos em decorrência da parceria;
- XIX. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Colaboração;
- XX. encaminhar ao Gestor da Parceria cópia das notas fiscais relativas à compra de bens no prazo de 30 (trinta) dias após a sua ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO ESTADO/SJDHDS

A SJDHDS, além das obrigações contidas neste Termo de Colaboração por determinação legal, obriga-se a:

- I. realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;
- II. manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;
- III. divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;
- IV. prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;
- V. prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Colaboração em toda sua extensão e no tempo devido;
- VI. proceder à publicação resumida do Termo de Colaboração e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;
- VII. designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;
- VIII. acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;
- IX. analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;
- X. providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Colaboração no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado;
- XI. conceder o uso dos bens móveis e imóveis mediante ato do Exmo.Sr. Secretário da SJDHDS e celebração dos correspondentes Termos de Permissão de Uso;



- XII. registrar no Sistema de Administração de Patrimônio do Estado da Bahia – SIAP os bens adquiridos pela OSC em virtude do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

As atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação da execução da parceria deverão ser realizadas pelo Gestor da Parceria, conforme Portaria a ser publicada em Diário Oficial logo após a Publicação do presente Termo e por Comissão de Monitoramento e Avaliação, composta por servidores a serem devidamente designados mediante Portaria que deverá ser devidamente publicada em Diário Oficial logo após a Publicação do presente Termo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Exmo Sr. Secretário da SJDHDS e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

É vedado a OSC, sob pena de rescisão do ajuste:

- I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;
- II - realizar despesas em data anterior à vigência do Termo;
- III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Termo, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente do CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;



IV- alterar o objeto pactuado, exceto no caso de ampliação da sua execução ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto, mediante autorização prévia do CONCEDENTE;

V - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VI - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

VII - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VIII - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

IX - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho;

X - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a quaisquer órgãos ou entidades que não figurem como partícipes do presente Termo, ou a conta que não a vinculada ao presente Termo;

XI- realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado;

PARÁGRAFO SEGUNDO

As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número deste Termo de Colaboração e mantidos os respectivos originais em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da aprovação da prestação de contas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação pelo banco, poderá ser realizado, uma única vez no decorrer da vigência do instrumento, pagamento a pessoa física que não possua conta bancária, observado o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço.

CLÁUSULA NONA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Por se tratar de Recursos Federais do Convênio Federal nº 902336/2020, onde o Estado prestará contas a União no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ficará acordado que a OSC deverá encaminhar ao Estado, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias do término da vigência deste instrumento, a prestação de contas prevista na Cláusula Décima Segunda, subcláusula quarta do Convênio 902336/2020.

PARÁGRAFO SEGUNDO



Para além do previsto no parágrafo primeiro, a prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma:

- a) Parcial, em até 90 (noventa) dias a partir da data do recebimento de cada parcela. A primeira parcela será liberada após a publicação deste instrumento no DOE. Sendo a liberação de recursos em três parcelas ou mais, a liberação da terceira parcela ficará condicionada a aprovação da prestação de contas da primeira, a liberação da quarta parcela ficará condicionada a aprovação da prestação de contas da segunda, e assim sucessivamente.
- b) Final, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Colaboração dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO QUARTO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUINTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO SEXTO

Na hipótese de celebração de termo de atuação em rede, cabe a OSC Celebrante apresentar a prestação de contas inclusive no que se refere às ações executadas pelas Organizações da Sociedade Civil executantes e não celebrantes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, assim como o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO OITAVO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO NONO



O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O Superintendente da Unidade Gestora Responsável aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Secretário da SJDHDS autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO



Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Secretário da SJDHDS rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art.73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

I. vedar a transferência de novos recursos;

II. registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I. quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II. quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Colaboração;

III. quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet www.transparencia.ba.gov.br.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no plano de trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO



O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS

Durante a vigência da parceria, os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos provenientes da celebração da parceria serão gravados com cláusula de inalienabilidade, e, na hipótese de extinção da OSC, esta deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os bens e direitos remanescentes que, em razão da execução da parceria, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública serão, na data da conclusão ou extinção do Termo de Colaboração, de titularidade do órgão ou entidade da administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

São bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A OSC deverá, a partir da data da apresentação da prestação de contas final, disponibilizar os bens para a administração pública, que, se for o caso, deverá retirá-los, no prazo de até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

A rescisão do Termo de Colaboração poderá ser efetivada:

I. por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

- a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;

- b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.
- II. por ato unilateral da OSC, na hipótese de:
 - a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
 - b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do Termo de Colaboração, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.
- III. Na hipótese de realização e finalização de Chamamento Público para Execução do PPDDH/BA, antes de XX de Março de 2022, conforme item 3 do Edital de Processo Seletivo 03/2020 SJDHDS e orientação constante nos Pareceres nº 1719/2020 e PA-NSAS-134-2020 da PGE-BA.
- IV. por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Colaboração será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Colaboração, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

- I. OSC:
 - a. apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014, a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Colaboração;
 - b. devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;
 - c. disponibilizar à administração pública todos os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido pelos Termos de Permissão de Uso, bem como aqueles adquiridos em virtude do Termo de Colaboração.
- II. SJDHDS:
 - a) revogar a permissão de uso dos bens públicos;

- b) inventariar os bens sob responsabilidade da OSC para execução do objeto contratado, inclusive incorporando ao patrimônio público aqueles adquiridos em virtude do Termo de Colaboração.
- c) apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Colaboração que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades, declaração de devolução dos bens permitidos pela administração pública e de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº. 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois anos);
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS RECOMENDAÇÕES

“Quem quer que receba recursos da União ou das entidades a ela vinculadas, direta ou indiretamente, inclusive mediante acordo, ajuste ou convênio, para realizar pesquisas, desenvolver projetos, estudos, campanhas e obras sociais ou para qualquer outro fim, deverá comprovar o seu bom e regular emprego, bem como os resultados alcançados” (art. 66 – decreto nº 93.872 de 28 de dezembro de 1986) - decreto-lei nº 200/67, art. 93).

Parágrafo único, art. 70 da Emenda Constitucional nº 19/1988.
"Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária."

A elaboração da prestação de contas é sempre de responsabilidade do gestor que está em exercício na data definitiva para sua apresentação, quer ele tenha assinado ou não o termo. Ou, na impossibilidade de fazê-lo, adotar as medidas legais visando ao resguardo do patrimônio público com a instauração da competente Tomada de Contas Especial, sob pena de co-responsabilidade (Súmula 230 TCU)

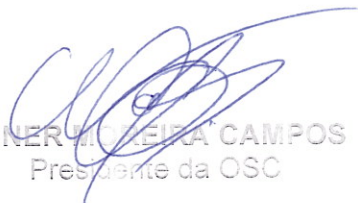
Sendo assim, cabe a OSC CELEBRANTE o ônus de demonstrar, de forma inequívoca, a boa e regular aplicação dos recursos públicos. A documentação apresentada na prestação de contas deve contemplar os elementos necessários à formação do devido nexo causal entre os valores transferidos e o objeto do termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

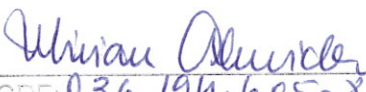
- I. A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade
- II. Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.
- III. Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014, que não foram mencionados neste instrumento.
- IV. Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.
- V. Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.
- VI. E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Colaboração em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

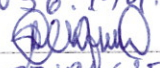
Salvador- Bahia, 05 de Dezembro de 2022


CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
Secretário da SJDHDS


WAGNER MOREIRA CAMPOS
Presidente da OSC

TESTEMUNHAS:


CPF: 036.194.605-82


CPF: 63319462504

SECRETARIA DA JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

EXTRATO DO EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 007/2022 PARA SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE ENTIDADES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS PARA GESTÃO DO PROGRAMA VIDA MELHOR URBANO - FVMU

O ESTADO DA BAHIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE JUSTIÇA, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SJDHDS, torna público o presente Edital de Seleção Pública, para seleção de entidades de direito privado sem fins lucrativos, qualificadas ou que pretendam qualificar-se como Organização Social para contratação de serviços de Assistência Técnica Urbana para Empreendimentos Individuais, Familiares e organizados em rede através da Operacionalização e Gestão de Unidades de Inclusão Socioproductiva Metropolitana de Salvador, Litoral Sul e Portal do Sertão, com a prestação de serviços publicizados e aprovados na Resolução 608/2012 do CONGEOS, atendendo o orçamento previsto no PPA 2020-2023, conforme definido neste Edital e seus Anexos. As propostas e documentações deverão ser apresentadas no dia 06/01/2023, Horário: 10:00 horas (horário de Brasília), na sede desta SJDHDS, situada à 3ª Avenida nº 390, Plataforma IV, Ala Norte, Centro Administrativo da Bahia, Salvador/BA, na sala de Reunião do 4º andar, onde ocorrerá a Sessão Pública.

Os interessados poderão acessar o presente Edital de Seleção Pública e seus anexos no endereço eletrônico www.justicasocial.ba.gov.br e através dos e-mails: selecao@pmu@sjdhs.ba.gov.br, selecao@pmu@sjdhs.ba.gov.br, bem como através do telefone: (71) 3115-6230, de segunda a sexta-feira, das 09:00h às 17:00h.

Salvador/BA, em 02 de dezembro de 2022.

CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA
SECRETÁRIO

RESUMO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 010/2022

Processo SEI nº 082.1738.2022.0005625-91. PARTICIPES: Estado da Bahia através da Secretaria de Justiça Direitos Humanos e Desenvolvimento Social/SJDHDS e o IDEAS - ASSOCIAÇÃO POPULAR inscrita no CNPJ nº 21.357.473/0001-20. Objeto: Execução do "Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas ameaçados de morte, no Estado da Bahia - PPDDH". Recursos: Valor global: R\$ 1.081.095,74 (um milhão, oitenta e um mil, noventa e cinco reais e setenta e quatro centavos). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária: 12.101 - APG; Unidade Gestora: 0003 - SUDH; Função: 14; Subfunção: 422; Programa: 300; Projeto/Atividade: 2505 - Assistência na Proteção à Testemunha, Vítima e Familiar de Vítima de Violência; Território/Região: 9900; Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 Contribuições: R\$ 1.062.864,34 (um milhão, cinquenta e dois mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e trinta e quatro centavos) e 44.50.42.00 - Auxílios: R\$ 23.431,40 (vinte e oito mil, quatrocentos e trinta e um reais e quarenta centavos). Destinação de Recurso: 0.128.000.000 - 5.128.000.000 - 5.328.000.000 - FUNCEP - Governo Estadual: R\$ 513.680,01 e 0.131.101725 União: R\$ 562.435,73. Tipo de Recurso: 1. Vigência: 12 (doze) meses, a partir de 05 de dezembro de 2022 a 4 de dezembro de 2023. Base Legal: com fundamento no art. 30, III e art. 31, ambos da Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, sujeitando-se, no que couber, às demais disposições desta Lei e do Decreto Estadual nº 17.091/2016, e suas alterações, da Lei Federal nº 9.607 de 13 de julho de 1996, Decreto Federal nº 3.513/2000 e Lei Estadual nº 7.977 de 05 de dezembro de 2001, Portaria Interministerial nº 297 de 24 de agosto de 2018, regulamentado no que couber pela Portaria Interministerial nº 424, de 24 de dezembro de 2018, e alterações posteriores, e Resolução nº 167/2018 TCE/BA. ASSINAM: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e WAGNER MOREIRA CAMPOS - Presidente. DATA: 05/12/2022.

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 008/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005581-09. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e o Centro Projeto Axé de Defesa e Proteção à Criança e Adolescente, Organização da Sociedade Civil - OSC, inscrita no CNPJ nº 63.225.981/0001-95. Objeto: Realização do "Projeto Fortalecimento de Ações de Enfrentamento às Diversas Violências". Recursos: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095-, Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA, Unidade Gestora: 0001; Função: 08, Subfunção: 243; Programa: 300. Natureza da Despesa: 3.3.50.41.00 - R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) - 0.331.7000.29 e 33.50.41 R\$50.000,00 (Cinquenta mil reais) 0.128.000.000. Destinação de recursos: 0.128.000.000 e 0.331.7000.29. Território/Região: 7800 Tipo de Recurso: 1- Normal. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art. 27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA nº 107/2018, Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAEB, Instrução Normativa nº 018/2019 SAEB. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e ENIA PINTO BENEVIDES - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022.

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 009/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0006003-61. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e o Lar Santa Maria, inscrito no CNPJ nº 48.609.833/0001-03. Objeto: Projeto Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos para e inclusão social e ações preventivas. Recursos: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095- Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA, Unidade

Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção: 243; Programa: 300. Projeto /Atividade: Região: 5600 (Sisal) Tipo de Recurso 1 Natureza de despesas: 33 50 41 00 - R\$ 32.259,00 (oitenta e dois mil, duzentos e cinquenta e nove reais) 44 50 42 R\$7.741,00 (sete mil, setecentos e quarenta e um reais). Destinações de Recursos (Fontes): 0.128.000.000. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E., podendo ser prorrogado por até 24 (vinte e quatro) meses, mediante Termo Aditivo. Base Legal: Art. 27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA nº 107/2018, Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAEB, Instrução Normativa nº 018/2019 SAEB. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e ZACARIA JUNQUEIRA DOS SANTOS - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022.

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 010/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005550-19. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e a Associação de Surdos Centro Educacional Especializado de Jequié-ASCEEJE, CNPJ nº 09.338.610/0001-74. Objeto: Projeto Fortalecimento de Ações de Enfrentamento às Diversas Violências. Recursos: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095-; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA, Unidade Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção: 243; Programa: 300. Território/Região: 7400 Tipo de Recurso 1. Natureza de despesas: 33 50 41 00 e 44 50 42 Destinações de Recursos (Fontes): 0.128.000.000. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art. 27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA nº 107/2018, Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAEB, Instrução Normativa nº 018/2019 SAEB. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e IVANI APARECIDA DUARTE RAMOS - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022.

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 011/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005553-53. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL SONS NO SILÊNCIO (AESOS), CNPJ nº 04.162.471/0001-57. Objeto: execução do Projeto Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos para e inclusão social e ações preventivas, de crianças de 06 até 12 anos incompletos e de adolescentes de 12 anos até 18 anos, implementando atividades de convivência e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Recursos: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095-; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA, Unidade Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção: 243; Programa: 300. Território/Região: 7800. Tipo de Recurso 1. Natureza de despesas: 33 50 41 00 R\$90.000,00 (noventa mil reais). Destinações de Recursos (Fontes): Recursos de tesouro: 0.128.000.000 - R\$ 33.666,00 (trinta e três mil, seiscentos e sessenta e seis reais) e 0.334.70028 - R\$56.334,00 (cinquenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais). Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art. 27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA nº 107/2018, Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAEB, Instrução Normativa nº 018/2019 SAEB. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e CARLA SUZANA MENEZES FRANCA - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022.

RESUMO DO TERMO DE FOMENTO Nº 012/2022

Processo: SEI Nº 082.1697.2022.0005875-94. PARTICIPES: O Estado da Bahia, através da SJDHDS e a ASSOCIAÇÃO HUMANA POVO PARA POVO BRASIL, CNPJ nº 08.945.1680/001-50. Objeto: execução do Projeto Promoção do Protagonismo de criança e adolescente visando estimular a sua participação nos espaços de formalização e controle da política pública. Recursos: Valor global R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais). Dotação Orçamentária: Órgão Secretária: 12.603, Ação: 4095; Unidade Orçamentária: 12.603 - FECRIANÇA, Unidade Gestora: 0001; Função: 08; Subfunção: 243; Programa: 300. Território/Região: 7800. Tipo de Recurso 1. Natureza de despesas: 33 50 41 00 R\$84.074,96 (oitenta e quatro mil, setenta e quatro reais e noventa e seis centavos) e 44 50 42 R\$5.925,04 (cinco mil, novecentos e vinte e cinco reais e quatro centavos). Destinações de Recursos (Fontes): 0.128.000.003. Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no D.O.E. Base Legal: Art. 27 da Lei Federal nº 13.204/2015 que alterou a Lei Federal nº 13.019/2014, do Decreto Estadual nº 17.091/2016, Decreto Federal nº 8.726, Resolução TCE BA nº 107/2018, Portaria Conjunta SAEB/SEFAZ nº 007/2021, Instrução Normativa nº 017/2019 SAEB, Instrução Normativa nº 018/2019 SAEB. Assinam: CARLOS MARTINS MARQUES DE SANTANA - Secretário da SJDHDS e JÚLIA MARIA PAIVA - Representante Legal da OSC. DATA: 05/12/2022.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 001/2020

Processo SEI nº 032.1759.2022.0004187-62 CEDENTE: Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS. CESSIONÁRIO: Prefeitura Municipal de Capela do Alto Alegre-Ba; CNPJ: 13.897.111/0001-94. Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis, a título gratuito pelo CEDENTE dos bens móveis, conforme consta em anexo I. Base Legal: Arts. 43 e 46, da Lei Estadual nº 9.433/05.

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS Nº 006/2020

Processo SEI nº 082.1759.2022.0004188-81 CEDENTE: Estado da Bahia, por intermédio da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social - SJDHDS. CESSIONÁRIO: Prefeitura Municipal de Adustina-Ba; CNPJ: 16.298.929/0001-89. Objeto: Primeiro Termo Aditivo ao Termo de Cessão de Uso de Bens Móveis, a título gratuito pelo CEDENTE dos bens móveis, conforme consta em anexo I. Base Legal: Arts. 43 e 46, da Lei Estadual nº 9.433/05.